

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS OESTE – SEDE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS
CURSO: LETRAS

NATHANA DE FREITAS DIAS
SARAH PEREIRA GOMES

**A REPRESENTAÇÃO DA MEMÓRIA E DA VIOLÊNCIA EM TEMPOS DE
REPRESSÃO EM K. – *RELATO DE UMA BUSCA*, DE BERNARDO KUCINSKI**

SÃO LUÍS DE MONTES BELOS–GO

2023

NATHANA DE FREITAS DIAS
SARAH PEREIRA GOMES

**A REPRESENTAÇÃO DA MEMÓRIA E DA VIOLÊNCIA EM TEMPOS DE
REPRESSÃO EM K. – *RELATO DE UMA BUSCA*, DE BERNARDO KUCINSKI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras, pela Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Oeste, Sede São Luís de Montes Belos, sob orientação da professora Prof. Dra. Maria Severina Batista Guimarães.

SÃO LUÍS DE MONTES BELOS–GO

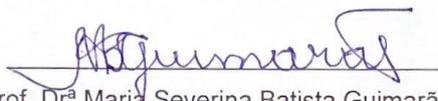
2023

Nathana de Freitas Dias

Sarah Pereira Gomes

**A REPRESENTAÇÃO DA MEMÓRIA E DA VIOLÊNCIA EM TEMPOS DE
REPRESSÃO EM K – RELATO DE UMA BUSCA, DE BERNARDO
KUCINSKI**

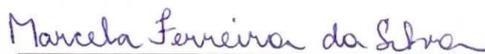
Trabalho de conclusão de curso defendido em 03 de fevereiro de 2023 e
aprovado pela banca examinadora constituída pelos membros



Prof. Drª Maria Severina Batista Guimarães

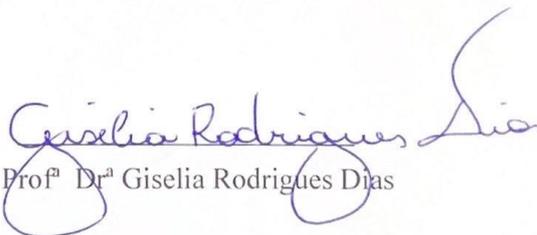
Orientador(a)

UEG



Profª Drª Marcela Ferreira da Silva

Co-orientadora



Profª Drª Giselia Rodrigues Dias

UEG

Essa monografia é dedicada a todas as pessoas que desde o princípio dessa jornada acadêmica foram fundamentais, as mesmas, que agiram como pilares em nossa formação, sendo elas nossos familiares, amigos, professores e colegas de sala de aula. Sem essas pessoas nada seria possível, pois foram abrigo, apoio e incentivo ao longo desse caminho.

Nathana de Freitas Dias

Sarah Pereira Gomes

AGRADECIMENTOS

Eu, Nathana de Freitas Dias, primeiramente agradeço a Deus por me conceder a graça de concluir mais uma etapa da minha jornada, esta que desde o princípio foi abençoada e guiada por Ele. Além disso, agradeço a minha Santa Mãe, Nossa Senhora de Aparecida, pelas inúmeras intercessões ao longo dos anos.

Logo, não poderia deixar de agradecer àqueles que foram minha inspiração e apoio, a minha família, estes me sustentaram com seu amor e sua luta diária, transmitindo para mim coragem e disciplina. Cada qual dessa família teve seu papel de suma importância, entre eles, estão: meu pai, Orlando Dias de Oliveira, minha mãe, Darquinha Aparecida de Freitas Dias, minha amada avó, Geneci Lopes de Freitas e a minha tia/madrinha, Tânia Lopes de Freitas.

À minha estrela que me vigia, protege e guia, ao longo da minha vida acadêmica e cotidiana, agradeço ao meu querido avô, Osvaldo Rodrigues de Freitas, que não está presente fisicamente entre nós, mas que se mantém vivo para sempre em meu coração.

Nathana de Freitas Dias

Eu, Sarah Pereira Gomes, gostaria de agradecer à minha família pelo apoio incondicional em todos os âmbitos da minha vida e no que tange a minha trajetória acadêmica. Especialmente, minhas amadas irmãs, Laicy Lorrainy Pereira Gomes e Stephany Pereira Gomes, que sempre foram meu porto seguro. Serei eternamente agradecida pela vida de vocês na minha!

Contudo, devo minha gratidão pela conclusão dessa etapa, principalmente, à minha amiga Anna Gabrielly Souza, pois se cheguei até aqui foi porque um dia ela acreditou em mim e fez com que eu também acreditasse. Mesmo estando quase sempre em outro estado e agora em outro país, ela se fez/faz presente de todas as formas possíveis na minha vida, tanto pessoal, quanto acadêmica, e meus agradecimentos a ela são eternos, por ser essa pessoa que inspira o meu melhor e me acolhe como ninguém. Nós somos o sol!

Sarah Pereira Gomes

Ainda, agradecemos juntas, aos grandes professores que tanto se dedicaram e se sacrificaram para nos proporcionar um ensino de qualidade. Em especial, a nossa mestra, Profa. Dra. Marcela Ferreira da Silva, que nos auxiliou durante as aulas e na produção dessa monografia. Ela que desde o princípio nos acolheu e teve para conosco paciência, amor e solidariedade, através dela aprender não se tornou um fardo, e sim uma construção.

Agradecemos, também, aos nossos colegas de turma, em especial, Felipe Matheus Ferreira Pires, Flavieli Lopes Paiva, Jessyca Correa Silva e Willisses Cavalcante Santos que se tornaram grandes amigos e proporcionaram para nós, noites de estudos agradáveis, com bastante confiança, lealdade e trocas de experiências dos nossos viveres.

Por fim, cabe agradecer aos nossos amigos de vida, que nos acompanham desde o princípio, nos fortalecendo e motivando-nos para darmos o nosso melhor a cada dia.

A nossa eterna gratidão, a cada uma das pessoas citadas e não citadas, mas que de algum modo nos auxiliaram, até este momento.

Nathana de Freitas Dias

Sarah Pereira Gomes

a era das catástrofes corresponde à era dos testemunhos.

(SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 21)

RESUMO

Esta pesquisa empenha-se em analisar o romance *K. – Relato de uma busca*, do escritor brasileiro contemporâneo Bernardo Kucinski (2016), observando de que maneira ele problematiza um período recente da História do Brasil, a ditadura militar. O texto elencado como corpus apresenta um enredo que passa no período da ditadura militar, em que uma professora do Instituto de Química da USP, militante política, desapareceu juntamente com seu marido. Diante do sumiço da personagem, seu pai inicia uma busca por ela e por informações sobre seu paradeiro. Esse pai, no decorrer de sua busca, não consegue encontrar nem a filha e nem mesmo o corpo dela, apenas encontra diversas informações sobre seu paradeiro, mas todas não levam à lugar algum. Embaralhando as fronteiras entre o real e a ficção, Kucinski (2016) tematiza e denuncia, por meio da literatura, uma fratura na memória histórica do país. A pesquisa está organizada em divisões de três capítulos que perpassam por fundamentações teóricas que tratam sobre memória, testemunho, literatura de teor testemunhal, ditadura militar no Brasil, rituais fúnebres do judaísmo e processo de luto, relacionando-se com o enredo da obra analisada.

PALAVRAS-CHAVE: Testemunho; Literatura; Memória; Ditadura Militar.

ABSTRACT

This research endeavors to analyze the novel *K. – Relato de uma Busca*, by the contemporary Brazilian writer Bernardo Kucinski (2016), observing how it problematizes a recent period in the History of Brazil, the military dictatorship. The text listed as a corpus presents a plot that takes place during the military dictatorship, in which a professor at the Institute of Chemistry at USP, a political activist, disappeared along with her husband. Faced with the disappearance of the character, her father starts a search for her and for information about her whereabouts. This father, in the course of his search, cannot find either his daughter or even her body, he only finds various information about her whereabouts, but all of them lead nowhere. Blurring the boundaries between reality and fiction, Kucinski (2016) thematizes and denounces, through literature, a fracture in the country's historical memory. The research is organized into divisions of three chapters that go through theoretical foundations that deal with memory, testimony, testimonial literature, military dictatorship in Brazil, funeral rituals of Judaism and the mourning process, relating to the plot of the analyzed work.

KEYWORDS: Testimony; Literature; Memory; Military Dictatorship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1- CAPÍTULO I: ENTRE O TESTEMUNHO E A LITERATURA	13
1.1 Notas sobre testemunho	14
1.2 A necessidade da memória e a luta contra o esquecimento	18
2- CAPÍTULO II: A REPRESENTAÇÃO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM K – RELATO DE UMA BUSCA, BERNARDO KUCINSKI	22
2.1 Um romance portfólio de uma busca	22
2.2 A representação da ditadura	28
3- Capítulo III – ENTRE MEMÓRIAS, AUSÊNCIAS E LUTO	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39

INTRODUÇÃO

O livro “*K. – Relato de uma busca*”, é um romance escrito pelo escritor contemporâneo Bernardo Kucinski (2016), que retrata a história de um homem, nomeado como K. que está à procura de sua filha Ana Rosa, uma professora de Química na USP, a qual se envolveu com questões relacionadas à militância política contra a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e desapareceu.

O romance se desdobra em torno da busca do pai por uma resposta sobre o paradeiro de Ana Rosa, e isso consiste na mola propulsora dessa narrativa, devido ao fato de, ao mesmo tempo, levantar alternativas que embaralham as fronteiras do real e da ficção, apresentar eventos vivenciados pela família Kucinski e fatores que fazem parte da história do país. Vale ressaltar que o autor (que escreve e publica o romance) é filho de Majer Kucinski, então irmão de Ana Rosa.

Publicado pela primeira vez em 2011, o livro foi escrito alguns anos após o período do regime militar. Neste tempo de redemocratização do país, não havia mais censura política por parte dos militares, foi quando a sociedade volta legalmente a ter liberdade de expressão. Por esse fato, o autor pode descrever os relatos de seu pai diante dos acontecimentos, sem medo do que se poderia acontecer. No entanto, a narrativa é construída a partir da denúncia da carência de informações sobre as vítimas do regime e da inexistência de ações do Estado democrático, que visem julgar a violência empreendida no período.

Logo nas primeiras linhas, o autor adverte: “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu.” (KUCINSKI, 2016, p. 12). Perante tais considerações, há ideias de que contém relatos que não se sustentam apenas pela realidade e são ditos por meio da memória, colocados sob suspeita, se realmente aconteceram, ou foram tomados como ficção.

Contudo, essa consciência das fronteiras movediças entre ficção e realidade deflagra muitas questões no interior do romance e, em última instância, denuncia uma espécie de “Alzheimer Nacional”, em que a memória histórica do período tratado ainda não foi constituída pelo Estado democrático brasileiro. Como uma metáfora dessa

memória enfraquecida, o desaparecimento de Ana Rosa e a ausência do seu corpo, de seus restos mortais, ou mesmo de um memorial que lembre a barbárie empreendida pelo regime militar são tratados esteticamente no romance por meio de um pai que busca, duplamente, pelo corpo de sua filha e pela constituição da verdade/do testemunho do horror que ela sofreu, a fim de não anistiar, não esquecer o crime cometido.

O principal objetivo deste trabalho é investigar de que modo o romance *K – Relato de uma busca*, Bernardo Kucinski, explora a relação entre literatura e memória, observando de que maneira a narrativa em questão incorpora as tensões entre a ausência dos corpos das vítimas e a representação da ditadura brasileira.

Para atingir o objetivo proposto, o presente trabalho será dividido em três capítulos. No capítulo I, intitulado como “Entre o testemunho e a literatura”, será abordada questões teóricas sobre a memória e a relação com a literatura. Os temas que serão discutidos, em linhas gerais, nesse capítulo inicial: a reconstituição de um passado vivido e a luta contra o esquecimento; o conceito de testemunho no campo jurídico e no literário; e uma breve contextualização do romance.

No capítulo II, “A representação da ditadura militar brasileira em *K – Relato de uma busca*, Bernardo Kucinski”, será feita uma análise mais estrutural do enredo da obra, objetivando demonstrar como ele foi desenvolvido de modo a denunciar o trauma que a ditadura militar causou na vida não só do personagem principal (o pai sobrevivente), como também de Ana Rosa e tantas outras vítimas do regime.

Já no capítulo III, intitulado “Entre memórias, ausências e luto” a discussão é direcionada para a reflexão sobre a ausência do corpo de Ana e a representação da violência do Estado, bem como isso reverbera para os vivos, como uma ferida aberta que nunca se cura. Observa-se que o sumiço do corpo de Ana Rosa, e como esse constitui como uma metáfora, que corrobora para a ineficácia de uma memória histórica da ditadura militar no Brasil. A história de Ana Rosa se entrelaça com a história do país, voltando como um fantasma que não se conforma com a anistia, com o esquecimento. Assim como pontuado pelo próprio autor, o esquecimento, esse “mal de Alzheimer nacional” ainda paira pela história do país como um trauma, um fantasma (*Dybbuk*, na cultura judaica) que volta do além para assombrar os vivos. Além disso, cabe ressaltar a abordagem sobre os rituais fúneiros dentro da cultura

judaica, pertencente aos personagens da narrativa, sobreviventes de duas barbáries que, no romance, aproximam-se: a *Shoah* e a Ditadura Militar.

Desse modo, a presente pesquisa visa contribuir para a investigação das diferentes temáticas e procedimentos narrativos que a literatura apresenta nas últimas décadas, da qual o romance de Bernardo Kucinski faz parte. Além disso, por meio deste trabalho, espera-se retomar as discussões sobre a memória e representação da ditadura militar no contexto da literatura brasileira contemporânea, a fim de contribuir com o escopo teórico-crítico sobre a obra do autor.

1- ENTRE O TESTEMUNHO E A LITERATURA

Uma das muitas vertentes da literatura brasileira produzidas nas últimas décadas é a representação da ditadura militar mesmo em tempos de democracia. Encerrado o regime militar (1964-1985) com o conhecido evento “Diretas Já”, a literatura não está mais sob as imposições da censura do Ato Institucional número 5 (AI-5) e, por isso, pode tratar abertamente sobre as nuances desse período de repressão política. É nessa linha de força que o romance *K. – Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski (2016), é produzido. Misturando realidade e ficção, esse romance transpõe para suas páginas aspectos da vida pessoal de seu autor e da violência empreendida pelo regime militar, embaralhando as fronteiras do ficcional e do histórico.

Apesar de não ser um documento jurídico, com valor de testemunho, a literatura que se ocupa em denunciar (ou mesmo retratar) um determinado fato histórico acaba por contribuir para a construção da memória de tal evento. Quando há um crime, o testemunho daqueles que sofreram, viram ou conheciam os envolvidos são importantes fontes de reconstituição do fato vivido (passado) para se chegar à verdade, e ser possível punir os agressores. Nesse caso, o Estado (por meio de suas inúmeras instituições de segurança, judiciárias e legislativas) é o responsável por fazer justiça à vítima em questão.

Mas, e quando o Estado é o agressor? Em casos em que se há um estado de exceção, e quem provoca o crime/a violência é o próprio Estado, quem vai fazer justiça? Nas palavras de Bernardo Kucinski (2016, p. 11): “O Estado não tem rosto nem sentimentos, é opaco e perverso.” É nestes contextos de exceção que surgem os inúmeros testemunhos dos sobreviventes. Parte da literatura brasileira, por sua vez, nas últimas décadas, também tem assumido essa postura de dialogar com esses testemunhos, assumindo a voz dos sobreviventes, dos vencidos. O romance de Bernardo Kucinski (2016) se filia nesta tradição da literatura de denunciar a violência empreendida pelo regime militar em vigor no Brasil de 1964 (com o golpe dos militares e a deposição de João Goulart) a 1985 (com as eleições presidenciais, as “Diretas Já”).

Para contextualizar e compreender o romance aqui analisado, esse capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, busca-se compreender os estudos teóricos sobre o testemunho e a memória, na Europa e nos países da América Latina, bem como o diálogo da literatura com o testemunho. Na segunda parte, a discussão reflete sobre a necessidade da memória e a luta contra o esquecimento, já que esses temas aparecem no romance de maneira central.

1.1 Notas sobre testemunho

Ao estudar a relação entre literatura e períodos de exceção e violência, Márcio Seligmann-Silva (2003, p. 21) afirma que “a era das catástrofes corresponde à era dos testemunhos”. O testemunho se situa numa zona de fronteira entre vários campos: filosófico, histórico, jurídico e literário. Ou seja, ele estabelece uma relação de proximidade com muitas outras áreas do saber humano. Infere-se, pelo exposto, que o testemunho tem sido alvo de estudo em diferentes áreas do conhecimento. É perceptível que a questão do testemunho ganhou atenção nos campos das diferentes disciplinas, desde os anos de 1970, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, o que de fato marcou o século XX. Os sobreviventes dos campos de concentração testemunharam os horrores empreendidos pelos nazistas, e, com os eventos que se sucederam para punir as nações que saíram derrotadas da Guerra, houve uma grande audiência para esses testemunhos.

Em outras áreas, o testemunho também tem a sua relevância. Na Teologia, por exemplo, tem-se o testemunho como afirmação e revelação da fé, um relato histórico da vida, ou seja, o adepto retrata aquilo que foi presenciado, seja como forma de milagre ou devoção. No cenário jurídico, foi desenvolvido a técnica da entrevista das testemunhas e dos réus, em que se relaciona o testemunho e na Psicologia, a *recovered memory*, em que se une os estudos da Psicologia, do campo jurídico e do testemunho como forma de tratar estudos de vida e comunidade. Sob essa perspectiva, o testemunho é oriundo dos estudos jurídicos, mas também se alia a outras áreas.

A partir dos estudos sobre memória e testemunho, Seligmann-Silva (2003, p. 88) irá descrever que: “O testemunho funciona como o guardião da memória” e que ele, por tratar do passado, segue como um sistema de arquivamento que dependerá

da força de fatos. Como a memória é algo pessoal e está diretamente ligada a história de vida dos sujeitos envolvidos, ela precisa ancorar nos fatos, pois ela pode falhar.

Sobre literatura e testemunho, a partir do século XX, duas linhas de pensamento são ressaltadas por Seligmann-Silva (2003, p. 36): a linha de origem europeia, resultante da experiência das duas Guerras Mundiais que a Europa empreendeu; e a linha da América Latina, resultante da experiência histórica da ditadura, da exploração econômica e da representação das minorias.

O testemunho da Segunda Guerra Mundial pelos sobreviventes da *Shoah* consistiu em um tipo de testemunho imediato ao pós-guerra. Muitos deles foram importantes para constituir um relato significativo tanto para o campo da memória como também para o jurídico. Exemplo importante desse tipo de testemunho foi a narrativa do sobrevivente judeu Primo Levi, intitulada *É isto um homem?*. Nesse relato, explicita-se o testemunho da história a partir da voz do sobrevivente, cuja função é guardar a memória do real vivido, no caso a guerra e os horrores empreendidos pelos nazistas, a partir da perspectiva do vencido.

Ainda segundo o autor, na América Latina, diferentemente do testemunho da *Shoah*, em que os sobreviventes dos campos de concentração precisavam denunciar os horrores sofridos por judeus, ciganos, árabes entre outros grupos alvos dos nazistas, nos países da América Latina, não se trata da experiência de uma guerra e nem tem um caráter jurídico de relatar/denunciar a barbárie. O conceito de testemunho (*testimonio*), na América Latina, consistiu em um novo gênero, pensado a partir da “reflexão sobre a função testemunhal da literatura” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 38). Tanto no Brasil como em outros países latinos, a literatura funciona menos como testemunho em seu aspecto jurídico e assume mais um caráter testemunhal, engajado, cujo objetivo é denunciar um Estado opressor, que se define de exceção e se impôs sobre os países latino-americanos, por meio do regime ditatorial.

Em outros casos, a literatura de teor testemunhal também passou a expressar uma vontade política de dar voz àqueles que a estrutura social excludente estigmatiza e segrega para as margens: “aqui ocorre uma convergência entre política e literatura” (idem, p. 89). É nesta perspectiva da literatura de teor testemunhal que a narrativa de Bernardo Kucinski será analisada.

Na América Latina, na segunda metade do século XX, muitos países, como: Brasil, Argentina e Chile, foram governados por militares ditadores, que, por meio da violência estatal, empreenderam uma verdadeira caçada contra qualquer manifestação de pensamentos que fossem contrários ao regime.

Em outra perspectiva, Valeria de Marco (2004) identifica uma subdivisão quando se trata de literatura de testemunho na América Latina: uma acepção voltada a analisar os textos que interpretam a experiência da ditadura e essa vertente está formulada pelo júri do Prêmio *Casa de las Américas*, de 1969. A segunda vertente emerge nos anos 80, com o testemunho de Rigoberta Ménchu. Segundo Valéria de Marco (2004), essa acepção é do estudioso Miguel Barnet. Os seus estudos são os mais importantes para tratar dessa forma de testemunho que surge a partir do texto da Rigoberta, uma ativista indígena guatemalteca, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, em 1992. No caso de Menchú, o seu testemunho foi recolhido e escrito pela escritora Elisabeth Burgos e não pela escrita da própria biografada. Esse tipo de testemunho possui uma espécie de “missão”, um engajamento político dos intelectuais de dar voz aos marginalizados, por meio do seguinte procedimento: “o letrado teria a função de recolher a voz do subalterno, do marginalizado, para viabilizar uma crítica e um contraponto à história oficial, isto é, à versão hegemônica da História”. (MARCO, 2004, p. 46).

Essa visão de Barnet ganhou impulso a partir da década de 70: o intelectual precisa dar voz aos silenciados e vencidos. Junta-se a isso, uma revisão de conceitos e o surgimento de novos gêneros textuais que consistem numa tendência que quer fazer mover lugares comuns: de centro (Europa) e de margem; de belo e de feio; de literário e não literário, que, em suma, servem para ampliar as fronteiras dos estudos literários e culturais. O surgimento e a consolidação dessas novas formas de práticas discursivas são resultantes desse momento de questionamentos e mobilidade, em que novas possibilidades são pertinentes tanto nas outras ciências como na literatura.

Ao tratar-se da literatura de testemunho, alguns estudiosos apontam características específicas à mesma, à vista disso, Valeria Marco irá descrevê-la como a literatura que “(...) reconstitui a história de um ou mais sujeitos escolhidos pela relevância que eles possam ter num determinado contexto social”. (MARCO, 2004, p. 50). Sendo assim, observa-se que o testemunho se apresenta como um gênero distinto da reportagem e da biografia, que apesar de serem sinônimos ao relatar fatos

de vivências pessoais, distinguem-se pela profundidade deferida aos temas expostos pela literatura de testemunho. Outro ponto de distanciamento consiste no fato de que o interesse dessa literatura se opõe ao caráter individual, visando dar voz a um determinado grupo social, que tenha sofrido alguma espécie de opressão.

A Ditadura Militar no Brasil foi um período lúgubre, em que houve censura, repressões e torturas, sendo visto como um momento trágico, nos quais os indivíduos que por ela sofreram não podiam retratar seus pensamentos e momentos que vivenciaram nesse período. Diante do horror e da violência empreendidos pelo golpe militar, os artistas e intelectuais desse momento se viram obrigados a forjar meios de denunciar o golpe, driblando os crivos dos censores. Observa-se, como exemplo disso, a canção *Cálice*, de Chico Buarque, em que o músico se utiliza da palavra “cálice” para fazer referência, na oralidade, ao verbo “calar-se”, pelo fato de que a opressão impedia que os artistas da época se posicionassem contra os militares, como pode ser notado no seguinte trecho: “Como é difícil, pai, abrir a porta / Essa palavra presa na garganta”.

Depreende-se disso, então, que o testemunho latino-americano se destacou nas últimas décadas, por conseguir elucidar questões obscuras e dar voz aos marginalizados sobre situações vivenciadas em períodos de catástrofes. Fica evidente que quando se trabalha com testemunho, é construído uma crítica a qual irá fazer com que se tenha uma reflexão sobre sua representação. No caso do romance de Kucisnki, embora tenha sido escrito em tempos de democracia, o teor testemunhal aparece exatamente porque, no Brasil, ao contrário do que aconteceu aos nazistas, houve uma anistia deliberada e não houve uma ação efetiva do Estado democrático em punir os responsáveis pelas catástrofes empreendidas pelos ditadores militares. Nenhum agressor foi punido, nenhum significativo memorial foi levantado, nenhum inquérito foi aberto, restando esse lapso, essa memória enfraquecida da barbárie. Sem contar as tímidas ações do colegiado da Comissão Nacional da Verdade, instituído Lei 12.528 em novembro de 2011 e fundado pela então presidenta Dilma Rousseff (ela que também é uma sobrevivente do regime militar), qual outro gesto é possível citar para constituir uma memória da barbárie militar brasileira?

Na *Shoah*, o testemunho serviu de denúncia aos horrores da guerra e foi largamente difundido, cujo exercício da memória almejava não deixar que a tragédia dos campos de concentração fosse esquecida e, portanto, não voltasse a acontecer.

Nascido no âmbito jurídico, o gênero testemunho passou a influenciar também outras áreas do saber humano, como, por exemplo, a literatura, na reatualização de sua função engajada. É nesse sentido que se pode pensar *K. – Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, como um romance de teor testemunhal.

O romance *K. – Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski irá explorar os limites entre a ficção e o testemunho, visto que a construção e publicação dessa obra ocorreu apenas após a queda do AI-5, em decorrência do fim da censura imposta pelo Estado durante a ditadura militar. Portanto, a narrativa de Kucinski é apresentada em formato de texto literário, em que há perspectivas das vivências do autor e de sua família, sendo presente a história do Brasil, que é fundamental para a construção do romance, pois produz questionamentos a alguns sentidos em torno do tema da ditadura militar brasileira no enredo.

1.2 A necessidade da memória e a luta contra o esquecimento

A memória dos acontecimentos pela voz dos opressores vai na contramão dos estudos sobre o testemunho. O testemunho, como esse se configurou na Europa a partir dos eventos da Segunda Guerra Mundial, ou mesmo na América Latina, ocupou-se em constituir uma memória dos eventos a partir da perspectiva, da voz e do lugar dos vencidos, dos derrotados. Segundo Kucinski (2016, p. 11), quando esse se coloca contra o indivíduo e empreende a violência, a barbárie), o Estado “se torna maligno em dobro, pela crueldade e por ser inatingível”. Nesses contextos, principalmente, surge a necessidade de constituir a memória e de lutar contra o esquecimento, a fim de que o horror não volte a acontecer.

A necessidade da memória e a luta contra o esquecimento é para evitar o reproduzir do horror. Narrar os acontecimentos, ter quem escute as testemunhas e ter quem passe adiante o relato do sobrevivente são ações que servem ao propósito de não deixar que o horror se repita, de acordo com a visão dos que testemunhos. Nas palavras de Jeanne Marrie Gagnebin (2006, p. 47) “lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror”.

Segundo a autora existem diferentes formas de esquecimento, admitidas pelas pessoas em geral e que são em certa medida diferentes das pessoas que sofreram algum tipo de trauma.

Há um esquecer natural, feliz, necessário à vida [...]. Mas existem também outras formas de esquecimento, duvidosas: não saber, saber, mas não querer saber, fazer de conta que não se sabe, denegar, recalcar. (Gagnebin, 2006, p.101).

Para o sobrevivente, como no caso da *Shoah*, é impossível esse esquecer natural e a memória do horror sofrido será gravado em si como em uma cera. Lutar por ela, nesse caso, tem uma função social de não permitir que os horrores voltem a acontecer.

Vale ressaltar que em Bernardo Kucinski, a literatura de testemunho serve para construir uma espécie de luta pela memória, que é ao mesmo tempo a luta para encontrar a filha, posteriormente, o corpo da filha e a luta por informação sobre a vida secreta da filha, como militante. Para isso, o texto se desenvolve a partir de um trabalho com a linguagem, exaltando o olhar de seu pai sobre a tragédia de sua família, mesclando a realidade com a ficção, a fim de completar lacunas que somente os verdadeiros fatos poderiam preencher. A vertente ficcional não necessita de uma verdade externa, podendo ser construída de forma livre pelo autor, para que assim possa designar à obra uma maior qualidade literária.

É notável, em momentos de rememoração de K., a preocupação que a filha tinha sobre a ameaça militar, em que a mesma demonstrava nervosismo diante da situação, por isso ela sempre chegava em casa e saía às pressas, recomendava ao pai que não passasse o endereço dela para ninguém, portanto K. se sente “ludibriado pela própria filha” (KUCINSKI, 2016, p. 19), ao notar que ela poderia se encontrar dentre situações de risco e ele não havia constatado esse fato, nem mesmo a filha havia comentando com o pai sobre o que poderia estar passando naquele momento.

A busca intangível de K. se inicia na universidade, onde a filha trabalhava, perpassa por delegacias, Centros Médicos Legais, reuniões na igreja com familiares de outros desaparecidos políticos, investigações de detetives particulares, entre outros locais. É nessas incursões do pai pela busca da filha que eventos ficcionais se misturam a eventos da realidade histórica, como por exemplo, a Guerrilha do Araguaia

e os jovens judeus mortos, bem como a própria vinda do pai de Ana e do autor da Polônia, fugindo do nazismo.

Diante dessa procura incessante de K., nome que lembra também o sobrenome Kucinski é possível perceber a luta pela memória e contra o esquecimento: “E não passava um dia sem que tentasse algo pela filha. Já não fazia outra coisa.” (KUCINSKI, 2016, p. 21). Nesses inúmeros percursos tanto em instituições oficiais até reuniões secretas, K. descobre um outro lado de sua filha que ele não conhecia, como casamento clandestino entre ela e seu marido Wilson, que desapareceu junto com ela, e a proximidade entre Ana Rosa e a família de seu marido. Perante ao exposto por outras personagens, o pai se sente culpado mais uma vez, relacionando o distanciamento que houve entre ele e sua filha, devido a sua nova esposa e sua dedicação ao iídiche, com a falta de conhecimento sobre a realidade de vida em que sua filha estava inserida.

Em capítulos como o “Os primeiros óculos”, é perceptível o encanto que K. tinha por sua filha, pela maneira como irá representá-la, “Vocês viram aquela menina loira, a mais bonita da classe?” (KUCINSKI, 2016, p. 40). Trazendo assim, mais uma vez a memória dela, mesmo em tempos dela menina com seus catorzes anos. Diante dessas questões, percebem-se o afeto e apego pela filha. Sua descrição e lembrança são meios que ele utiliza para não a apagar do seu imaginário. Esta é uma relação presente e comum quando se perde um ente querido: para poder vivenciar o luto lembra-se da pessoa, de sua memória, como se fosse um abafamento da saudade, na tentativa de diminuir a angústia de perda.

A narrativa de Kucinski irá perpassar por quatro décadas revestidos de sentimento de culpa, angústia, incerteza, esperança e medo, mesmo em seu fim, pois não há uma resposta inquestionável para o desaparecimento de Ana Rosa. Não há um corpo, um ritual fúnebre e um túmulo para representar a ausência da filha. Através de testemunhas em uma prisão, K. descobre, já no fim da história, que sua filha foi realmente assassinada e, então, falece ali mesmo naquele lugar, talvez por sentir que, apesar de não ter completado todas as etapas para que a justiça fosse feita, entendia que poderia descansar após tanto sofrimento, ao perceber que não encontraria sua filha com vida e, tampouco, o corpo dela.

O triste destino da professora irá representar incontáveis casos terríveis cometidos pelo Estado do Brasil. Kucinski consegue transcrever a guerra de classes entre o Estado ditatorial aos seus opositores (militantes). No mais, esse livro, escrito e publicado no ano de 2011, tem grande impacto por representar o regime de exceção implantado no território brasileiro, utilizando a narrativa de teor testemunhal, como um meio de denunciar as injustiças brutais cometidas pelo regime da época.

A literatura de teor testemunhal, como a de Kucinski no romance aqui estudado, é um mecanismo de exposição de experiências violentas, com o propósito de esclarecer e colocar a sociedade a par da realidade ocorrida na ditadura militar no Brasil e o modo como o Estado empreendeu o horror e que isso foi anistiado, esquecido. Nesse sentido, aqueles que vivenciaram esses momentos de horror, seja presencialmente ou através de algum ente, puderam ter sua história representada e evidenciada como forma de manifestar-se contra o silenciamento feito sobre esse período. E, então, aqueles que não sofreram com a repressão no Brasil naquela época, tiveram contato com as repugnâncias cometidas pelos militares aos militantes políticos. A literatura, nesse caso, está operando uma função social importante de não deixar que o horror seja esquecido, é a luta pela memória que se percebe ao analisar o romance: Ana Rosa existiu e foi muito importante para os seus familiares: seu pai, seu irmão, seus sobrinhos, ela é uma ausência, um luto que nunca se finda. O romance é para não deixar sua memória cair no esquecimento.

2- A REPRESENTAÇÃO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM *K – RELATO DE UMA BUSCA*, BERNARDO KUCINSKI

Evidentemente, a memória é um importante objeto de estudo em diversas áreas, porém, mais do que isso, ela faz parte de uma questão ética da coletividade, visto que somente através dela é possível denunciar as mazelas e violências empreendidas à sociedade. Sobre a importância da memória para a luta contra a violação dos direitos humanos na história recente da humanidade, Jeanne Marrie Gagnebin expõe que: “[...] nosso dever consistiria em preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado” (GAGNEBIN, 2006, p. 97). Partindo do pressuposto da autora, é possível compreender que a literatura de testemunho ou de teor testemunhal é, também, responsável por construir uma memória, para não deixar um vazio de esquecimento, um “mal de Alzheimer” diante da barbárie do opressor contra o vencido. Nesse sentido, a leitura de obras como o romance *K. – Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski (ou mesmo as narrativas de Primo Levi) é fundamental para se ter o conhecimento e o contato com esses testemunhos, para que a história não volte a repetir e que novas barbáries não sejam abstraídas pela sociedade.

Para compreender como a ditadura militar brasileira é representada no romance de Bernardo Kucinski, esse capítulo foi dividido em duas partes: na primeira, se ocupa da estrutura do romance: uma espécie de portfólio que reúne as diferentes vozes, olhares, documentos da busca de um pai que investiga o sumiço da sua filha. Enquanto faz suas incursões para encontrar a filha atrás das mais prováveis e improváveis pistas, uma memória, mesmo que enfraquecida e cheia de lacunas, vai se formando. Na segunda parte, será discutida sobre a representação da Ditadura Militar no romance. Enquanto busca por sua filha, K. deixa um relato denunciante da violência empreendida pelo regime.

2.1 Um romance portfólio de uma busca

A narrativa inicia-se tratando sobre as cartas que eram destinadas a Ana Rosa, mesmo anos após seu desaparecimento: "De tempos em tempos, o correio entrega no meu antigo endereço uma carta de banco a ela destinada" (KUCINSKI, 2016, p.

13). Essas cartas faziam com que os familiares retomassem a memória viva da desaparecida e fomentassem a esperança de encontrá-la, por serem correspondências enviadas por agências de correios e bancos: “É como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse”. (Idem, p. 14). Em outras palavras, para algumas instituições Ana ainda está viva. Isso é muito significativo da ausência de memória sobre o ocorrido. Sobre isso, o romance traz a seguinte reflexão:

K. tudo ouvia espantado. Até os nazistas que reduziam suas vítimas a cinzas registravam os mortos. Cada um tinha um número, tatuado no braço. A cada morte, davam baixa num livro. [...] Não havia a agonia da incerteza; eram execuções em massa, não era um sumidouro de pessoas. (KUCINSKI, 2016, p. 15).

Logo após discorrer sobre as cartas enviadas para sua irmã, apesar de sua existência ser ambígua, de certa forma, o autor introduz na história os olhares de seu pai e o momento em que K. percebe que algo possa ter acontecido com sua filha: “[...] naquela manhã de domingo, K. sentiu pela primeira vez a angústia que logo o tomaria por completo. Há dez dias que sua filha não telefona.” (KUCINSKI, 2016, p. 16). O personagem se sente culpado pelo tempo que levou para indagar-se sobre o paradeiro dela, então se encontra em um momento de reflexão profunda sobre a convivência entre eles nos últimos anos. Em meio as memórias de suas vivências com sua filha, K. recorda-se de ouvir dizer sobre outros dois jovens judeus estudantes de medicina haviam desaparecido e afirma que: “Coisa de política, disseram, da ditadura, não tinha a ver com antissemitismo”. (Idem, p.17), passando assim, a ligar o desaparecimento com relações sobre a política da ditadura. Por consequência disso, K. busca inúmeras alternativas para saber sobre o destino de sua filha, assim, começa listar hipóteses.

Além disso, quanto ao nome do personagem de K., através da comparação do enredo à história de Bernardo Kucinski, observa-se que o protagonista acomete uma carga semântica no que tange ao seu nome, pois além de refletir a história vivida por Majer Kucinski, pelas palavras de seu filho, carrega também a letra de seu sobrenome. Contudo, observa-se que a ficção e “os fatos não se segregam no enredo, mas sim se hibridizam”, como salienta Eurídice Figueiredo (2017, p. 48).

O trabalho com a linguagem desdobra-se pelos 29 capítulos em que obra é dividida, os quais apresentam diferentes panoramas, que vão de vítimas a opressores, porém, em sua maioria, eles retratam a trajetória de K., em busca de sua filha ou, ao menos, do corpo dela.

Os capítulos que trazem a ótica de outros personagens, complementam o enredo do protagonista, assim, o leitor “amarra os nós” importantes sobre a narrativa e entende o que de fato ocorreu com a Ana antes mesmo que o protagonista consiga essa informação. Há também um capítulo denominado “Carta a uma amiga” em que o autor descreve uma carta de Ana Rosa para sua amiga na qual ela demonstra um certo temor sobre sua segurança: “Não sei se é paranoia, mas sinto um perigo me rondando” (p. 46), mostrando também sua chateação sobre o fato de estar distante de todos que ama e perdendo sua liberdade, questionando até mesmo se sua militância estaria sendo válida. Essas muitas vozes que compõem o romance funcionam como uma investigação, uma busca que o pai vai organizando um portfólio, uma espécie de “arquivo do caso”, para dar sentido às ausências com as quais se depara o velho K.: da filha, de informações sobre seu paradeiro e do distanciamento entre pai e filha.

Retirada de *Grandes Sertões: Veredas*, de Guimarães Rosa, a narrativa traz como uma das epígrafes o seguinte: “Conto ao senhor é o que sei e o senhor não sabe; mas principal quero contar é o que eu não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba” (apud KUCINSKI, 2016, p. 7). Sendo assim, percebe-se que o autor lança mão da possibilidade de se utilizar da imaginação para formular um contexto para a história de sua família em sua narrativa, esclarecendo que ele se propõe a narrar de acordo com sua disposição e vivências, os fatos ocorridos e sobre suas experiências com o estado de exceção na Polônia, anos atrás.

Diante desse cenário, o autor emprega na obra um narrador observador, investigador, que recolhe as informações e vai juntando aqui e ali em sua busca pela verdade sobre o paradeiro da filha. Apesar de o autor narrar a história de sua família, ele apenas se faz presente como narrador personagem no primeiro capítulo do livro: “As cartas à destinatária inexistente”, quando discorre sobre a chegada das cartas endereçadas a sua irmã em sua casa, expondo seus pensamentos enquanto parte daquela tragédia. Nos demais capítulos, o narrador é em terceira pessoa, e conta toda

a história de sua família, como se ela também não fosse sua, chegando a citar o “irmão” de Ana Rosa, em terceira pessoa.

No que diz respeito ao autor, sabe-se que Bernardo Kucinski está fazendo referência aos fatos acontecidos com sua família, porque tem-se conhecimento disso devido à repercussão que o caso teve no Brasil, durante o período após a Ditadura Militar (1964), sendo ainda mais ressaltado após a criação da Comissão da Verdade.

Ao referir as personagens presentes na narrativa, tem-se como protagonista K. e sua filha desaparecida, Ana Rosa, ao passo que a narrativa se forma ao redor dos dois. Todavia, há diversos outros personagens secundários, que inteiram a narrativa, para mostrar além do que os olhos do protagonista podem ver e moldam a trajetória que o mesmo irá percorrer. No que tange aos personagens que são secundários, há uma dualidade em sua participação na obra, pois, em uma visão panorâmica da mesma, eles não se encaixam como protagonistas, porém esses personagens secundários protagonizam os capítulos em que mostram a perspectiva de sua realidade. Isso inscreve a narrativa numa espécie de trauma coletivo, uma coletividade, em que o drama de K. é também de muitas outras famílias que perderam seus entes queridos pela violência do estado de exceção e da violação dos direitos humanos.

Quanto ao personagem K., tem-se um senhor de idade, dono de uma loja no Bom Retiro, na capital de São Paulo, judeu, um dos muitos refugiados da Polônia em São Paulo. K. dedicava-se ao estudo da língua ídiche, junto a um grupo de amigos durante boa parte do seu tempo. Era viúvo de sua primeira esposa, mãe de seus filhos, e havia se casado novamente. Esse personagem se configura numa busca incessante para encontrar sua filha, a desaparecida política.

Em contrapartida, tem-se Ana Rosa (o autor não cita seu nome explicitamente no livro) vista como a filha desaparecida de K., uma jovem adulta, professora de Química da USP, militante política, casada com Wilson (também não originaliza nome na obra), a qual, segundo descrição de seu sogro, era “meiga, carismática e se dava bem com todos” (KUCINSKI, 2016, p.63). No decorrer da narrativa, percebe-se que ela tinha uma vida dupla, sobre a qual seus familiares tinham pouco conhecimento, ao ponto de sequer saberem sobre seu casamento com Wilson. Ana Rosa desapareceu

durante a Ditadura Militar no Brasil, no ano de 1974. e o enredo da obra se configura através de uma busca incessante de seu pai por ela, com ou sem vida.

Por fim, há os personagens secundários como Wilson Silva, o marido da desaparecida política, o qual era comunista e militante político e a ele foi atribuída a influência política sobre Ana Rosa, de acordo com K., e desapareceu juntamente com ela. Nessa mesma linha de personagem secundário, existem outros como: Fleury, um dos agentes de repressão de maior conhecimento em relação às mortes e torturas cometidas por sua pessoa, sua amante e sua empregada; a família de Wilson Silva, dentre outros que se fazem presentes no enredo. É notório a importância desses personagens para a complementação dos fatos vivenciados pelos personagens principais, considerando que a participação dos mesmos na narrativa, preenche lacunas que a realidade não é capaz de ocupar.

Vale ressaltar que, o autor não se propõe a tratar de características físicas dos personagens, citando apenas algumas ponderações de K. sobre a aparência de Ana quando ainda era adolescente, descrevendo-a como uma menina com “feições angulosas, lábios finos e cabelos escorridos, de um amarelo pálido. Era alta e magra” (KUCINSKI, 2016, p. 40), ressaltando que a beleza de sua filha vinha de seu caráter e coração bondoso e que seus olhos eram muitos sugestivos sobre o seu interior inquieto e imenso.

No que tange ao espaço destacado durante a obra, tem-se a cidade de São Paulo como principal local onde a narrativa se constrói. Dentre os espaços presentes na obra, encontra-se: a casa de K., o apartamento de Bernardo Kucinski, o apartamento da desaparecida militante política, a Igreja Católica (onde ocorria os encontros dos familiares dos desaparecidos políticos), a casa dos pais de Wilson Silva, locais de tortura, como a Casa da Morte, em Petrópolis, entre outros que a localidade não foi descrita com precisão, o apartamento da amante de Fleury, escritório da psicóloga do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), dentre outros espaços construídos, principalmente, na cidade de São Paulo – SP, mas também no estado do Rio de Janeiro.

Dentre os espaços configurados na obra, tem-se também um capítulo que é construído integralmente na cidade do Rio de Janeiro, em que a narração trata das ruas de loteamento marginalizado que receberam os nomes das vítimas do regime de

opressão como “homenagem”. Observa-se então, retratando uma problemática, pensada por K., sobre a toponímia em relação àqueles que foram oprimidos e seus opressores, visto que as avenidas do centro urbano levavam nomes de militares torturadores e as ruas que levavam nomes das vítimas eram em um local completamente afastado dos grandes centros. Sendo assim, o contato de K. com essa realidade o gera um sentimento de revolta e injustiça, no que tange à situação vivenciada por sua família.

Nesse sentido, a literatura de testemunho ou de teor testemunhal cumpre um papel diferente, conforme demonstrado no primeiro capítulo: dar voz aos excluídos; dar vez para a memória dos que vivenciaram o horror; aqueles que não foram lembrados pela história oficial. Presidentes cruéis do regime dão nomes a escolas e a avenidas, como pode ser visto nos casos de Artur da Costa e Silva (implementou o AI-05) e Humberto de Alencar Castelo Branco (primeiro presidente ditatorial, em 1964).

Em relação ao tempo da narrativa, tem-se uma estrutura que se passa em tempo cronológico. Porém, há capítulos que fogem desta cronologia, havendo assim o tempo psicológico, configurado através de ponderações de momentos que ocorreram em um passado retomados pela memória dos personagens e por alguns capítulos que trazem novas informações sobre Ana e seu desaparecimento, em contraponto à trajetória de K., como no capítulo “A queda do ponto”.

O tempo cronológico da narrativa configura-se desde seu início, ao passo que K. percebe a ausência de sua filha e decide ir em busca dela, após dez dias de seu desaparecimento. A partir desse ponto, o enredo se configura na obra de acordo com o seguimento dos dias e meses posteriores ao desaparecimento de Ana, narrando a trajetória de K. durante todo esse período. Além disso, há a referência ao tempo e eventos históricos, específicos da história do Brasil, que remetem o leitor para fora das páginas do romance e o convida para fazer uma revisão da História.

A estruturação do tempo psicológico da narrativa ocorre, em suma, nos capítulos em que a trajetória de K. é deixada em segundo plano, a fim de que o narrador discorresse sobre os personagens secundários ou trabalhasse mais com a relação entre Ana e seus familiares. Outros momentos em que a narrativa trabalha o tempo psicológico através dos personagens secundários, ao retomarem fatos que estão em suas memórias, são quando: K. se lembra do tempo de sua militância política na

Polônia; o pai de Wilson conta sobre quando conheceram a nora; a empregada de Fleury conta sobre as torturas que aconteciam na casa de Paraty, entre diversos outros momentos.

Em decorrência desse emaranhado de vozes e relatos que formam o romance, as personagens centrais desse livro são o pai e a filha, e com eles o autor, em que se usa a memória para engajar a ficcionalidade. Com isso, ele provoca diante a leitura um registro histórico diante esse período vivenciado no país e as histórias individuais remetem a um pano de fundo que é também coletivo, pois representa um drama sofrido por outras vítimas da violência.

2.2 A representação da ditadura

Perante tais ideias apresentadas, é primordial ressaltar, de fato, o que foi a Ditadura Militar no Brasil, para que, desse modo, possa-se compreender a narrativa, ou seja, a procura de K. por sua filha Ana Rosa durante esse período tenebroso em território brasileiro.

A Ditadura Militar no Brasil ocorreu entre os anos de 1964 a 1985, sendo representada como um movimento de regime político militar no qual os membros das Forças Armadas foram centralizados para administrar o poder do Estado de forma política. Durante esse tempo, os militares tinham em suas mãos as principais decisões a serem decididas em comando da República e negavam a participação, oposições e opiniões dos cidadãos. A Constituição Brasileira foi cassada e os presidentes passaram a governar conforme suas próprias leis, por meio dos chamados Atos Institucionais. O mais conhecido, o AI-05 foi o que determinou a censura e o acirramento da violência contra os opositores políticos.

O Brasil foi marcado pela extrema violência, eram contidos momentos de prisões arbitrárias, torturas, estupros e também assassinatos, todos atos desenvolvidos pelas forças militares que governavam o país durante aquele tempo. Acerca dessa lógica, é possível salientar os fatores de restrições à população. Como seus direitos foram cassados, houve a instauração de censura aos mecanismos de comunicação e cancelamento de liberdade de expressão seja literária e artística, por meio do AI-05.

No que tange a respeito de suas consequências, houve milhares de mortos e desaparecidos, corrupção não investigada, aumento da desigualdade, endividamento do país e alta da inflação. Esse governo foi marcado por presidentes militares: 1964-1967 Humberto Castelo Branco, 1967-1969 Marechal Costa e Silva (anos de chumbo), 1969-1974 General Emílio Médici, 1974-1979; General Ernesto Geísel e 1979-1985 General João Baptista Figueiredo, em todos esses mandatos tiveram aparatos de repressão: censura, sequestro, tortura, execuções, ataques a bomba, o que ficou conhecido como terrorismo de Estado.

No romance, a violência do Estado, responsável por “sumir” as pessoas, é a mola propulsora de toda a narrativa. O desaparecimento de Ana Rosa e seu marido Wilson Silva e a busca por ela ou por seu corpo vai colocar em questionamento a ausência de uma memória sobre esse evento bárbaro da história do Brasil, bem como denunciar a omissão do Estado democrático, no pós-ditadura ao anistiar os opressores. Essa obra foi declarada como um clássico contemporâneo e resultou disputas de prêmios literários importantes tanto no Brasil como no exterior, sendo traduzida para oito idiomas.

Como um fantasma, com o intuito de impedir o apagamento da memória de Ana Rosa, são enviadas cartas de bancos e outras instituições para o endereço do irmão. Para algumas instâncias da sociedade, era como se a sua vida não houvesse sido interrompida. É nítido a tensão que o romance impõe: a vontade da família em tê-la ao lado deles, principalmente pelo pai, pois o mesmo faz buscas incansáveis pela tal; e, ao mesmo tempo, um cinismo cruel do Estado (mesmo em tempos de paz) ou “um mal de Alzheimer nacional” que não admitiu sequer que Ana não existe mais. Porém, esses recebidos os deixam mais intrigados, porque essa casa do irmão ela nunca conheceu, esse fator causa o mistério e alimenta mais dúvidas sobre seu paradeiro com perguntas sem respostas. “Se ela não tinha esse endereço, quem o deu ao sistema? Como teria seu nome se colado ao meu endereço, nessa nebulosa da internet, na qual nada é deletado?” (KUCINSKI, 2016, p. 15).

Diante desse cenário, K. torna-se símbolo da luta de familiares mortos e desaparecidos pela Ditadura Militar brasileira, pois não foi apenas sua filha que sumiu durante esse tempo, haviam inúmeros casos de desaparecidos, era como se fosse um “sorvedouro de pessoas”. Existia uma Delegacia de Desaparecidos, mas nada adiantava, servia apenas como uma obrigação formal, o motivo era claro, envolvia

caso político e isso era proibido de se envolver. Passava dias e dias, e a saga continuava. K. tornava-se cada dia mais aflito, ele não passava um dia sem tentar algo pela sua filha, não fazia outra coisa a não ser a buscar por ela. O argumento que sustentava essa busca era a expectativa de achar a jovem ainda viva, ainda mais, após ele procurar por ela no Instituto Médico Legal, onde eles relatam haver mais de anos que os chegavam um corpo de uma mulher branca com características dela, para ele isso era um alívio: “Mantinha-se a esperança de encontrá-la viva”. KUCINSKI, 2016, p. 22).

O caso era estranho, até mesmo o carro dela havia sumido sem pista alguma, era a ausência do corpo e de bens materiais, como se a mulher ao menos houvesse um dia tido vida, logo ela, que tinha sido uma professora doutora de uma das universidades mais importante do país. A vontade de ver a filha era tanta que K., um judeu, buscou ajuda até mesmo em templo católico, quando o arcebispo convocou, por meio de uma reunião, os “familiares de desaparecidos políticos”, e durante esse encontro K. notou outras histórias de desaparecimento como o caso de um homem que “desapareceu por completo, sem deixar vestígio, como se tivesse evaporado ou anjos o tivessem alçado aos céus.” (KUCINSKI, 2016, p. 23). Sua esposa estava presente para desabafar e encontrar notícias, dentre esse caso haviam outros sem registro de corpos/mortos, os familiares queriam ao menos enterrarem seus corpos, despedir, ter o momento certo de um luto.

No capítulo “Um inventário de memórias”, é observado o contato de K. com fotografias de sua filha desaparecida. As fotos retomavam a ele sentimentos fortes, os quais, ele nunca pudesse imaginar, era como se estas os quisessem contar uma história. Essas imagens eram registros de episódios e momentos, esses que o pai não participou na vida dela. “Parecem captar a alma da filha”. (KUCINSKI, 2016, p. 109). As gravuras são todas examinadas por K. na intuição de identificar o cenário e conhecer a vida de Ana por um ângulo que o mesmo não conhecia. Nesse sentido, tem-se em destaque a memória para a construção do enredo, o que de fato é sempre notável no decorrer da narrativa. A memória age de forma para que os acontecimentos não são apagados.

Para desfecho da obra, o autor faz fechamento de sua narrativa com um capítulo intitulado “No Barro Branco”, que por vez contempla “De que valem mil mortos por dia? Morre de vez, em paz encerra tua agonia.” H. N. Bialik (KUCINSKI, 2016, p.

157). Estaria presente nesse final, a morte do pai, que tanto lutou em busca de sua filha. O homem lamentava sempre e demonstrava sua angústia aos prantos pela busca incansável por Ana Rosa. Ele não era mais o mesmo.

No mais, o fim dessa história se dá com a visita de K. a um presídio, onde havia presos políticos. Por mais que o regulamento não permitisse essa visita, o pai conseguiu, sem ao menos imaginar, que seria a sua última busca de informações por sua amada e querida filha. Era uma prisão da própria PM (Polícia Militar). O feito de visitar aquele local trazia memórias a K. sobre seus tempos de prisão na Polônia, tempo pelo qual, ele foi humilhado, e, por mais que ele não estivesse ali preso, era como se estivesse, pois, vivenciou quatorze meses de um cansaço impensável desde a desaparecimento de sua filha.

De acordo com os relatos ouvidos, K. teve oportunidade de ter uma roda de conversa com tais presos, e contavam aos prisioneiros sobre sua história de procura da filha. Podiam notar com certeza o sofrimento do velho. Esse diálogo foi a despedida final do homem, pois veio a óbito na prisão em volta dos presos políticos. Era o fim de K. Talvez havia falecido ao lado de alguém que havia auxiliado para o desaparecimento de sua filha: “Suas mãos se abriram e seus olhos se cerraram.” (KUCINKSKI, 2016, p. 1962). Era o fim da busca e do velho pai, que tanto sofreu e lutou para encontrar sua amada filha.

Desse modo, o livro de Kucinski é construído no intuito de avaliar e relatar os eventos históricos que são presentes na obra, sendo um processo de narrativa feita como manifestação artística, para atrair o leitor e o estimular a vivenciar, em ficção, como foi o período da ditadura militar no Brasil. É perceptível que, no decorrer dos fatos, o pai, à procura da sua filha, tem um sentimento de culpa, dor de perda e uma grande angústia em busca de informações sobre os acontecimentos.

No decorrer dos capítulos, por meio de diferentes vozes e olhares, esse portfólio investigativo sobre o paradeiro da filha irá também descrever um cenário cheio de informações contraditórias, chegaram até a declarar ao pai que havia acontecido o reconhecimento do corpo; ligações ocultas dizendo terem a visto viva em Portugal; cartas enviadas como se fosse ela quem escreveu, tudo mentiras e desinformações, na tentativa de fazerem com que o pai cansasse de buscar pela filha e no intuito de despistar. Era como se o sistema tivesse medo das informações que ele poderia

encontrar e soltar para a sociedade. Nesse sentido, observa-se a força “opaca e perversa” do Estado em evitar que uma memória da Ditadura seja construída, por meio do “sumidouro de gente”, em que apenas anistiou os opressores, em que não há corpos nem constituição de uma memória coletiva da barbárie.

Depois da publicação do livro, o caso da professora de química da USP obteve muita repercussão e as verdades sobre ela começam a aparecer. Mas a constituição de uma memória da barbárie militar brasileira ainda é algo pelo qual lutar. Em 2012, o ex Delegado Cláudio Guerra declara, no livro *Memória de uma Guerra Suja*, conta que os corpos de Ana e de seu marido foram incinerados por ele no ano de 1974, na Usina de Cambahyba no Rio de Janeiro-RJ. Nesse livro, o delegado relata que os corpos estavam completamente nus, a mulher continha marcas de mordidas pelo corpo, talvez havia sido violentada sexualmente e o homem sem as unhas da mão direita, sendo notado vestígios claros da violência e tortura daquela época.

A jovem Ana Rosa então desaparecida, teria sido professora na USP, e recebeu, em sua homenagem, um monumento em sua memória. A mesma, era uma ativista política que tinha como projeto de vida, viver em um país justo, democrático e socialista. Seu nome é dito na lista dos desaparecidos, juntamente ao nome de 251 ativistas presos, essa lista foi divulgada pelos soldados da marinha.

Na conjuntura contemporânea, é primordial que a população tenha contato com esse tipo de leitura, para que essa tragédia não volte a se repetir, sendo assim, quanto mais leitores tiverem conhecimento sobre o quão trágico, violento e opressor foi esse período, esses poderão por sua voz lutar para que o horror da ditadura não aconteça novamente. E mais ainda: que a violação de direitos humanos seja vista como de fato barbárie. Eis os desafios da memória em solo brasileiro.

3- ENTRE MEMÓRIAS, AUSÊNCIAS E LUTO

No decorrer de toda a trajetória percorrida por K. durante o enredo, a memória se faz presente em diversos âmbitos, dos quais ele se apropria para fundamentar a busca por sua filha. Sendo assim, o personagem se encontra “tecendo pontes” entre a realidade que ele tem vivenciado em sua atualidade e aquilo que foi sofrido por ele e sua família durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), na Polônia, com a perseguição nazista ao povo judeu.

Como foi abordado no capítulo II, o romance se estrutura numa espécie de arquivo, de portfólio, que vai recolhendo fragmentos de relatos, vozes, histórias, gestos, fotografias, outras histórias de desaparecidos políticos, documentos, entre outros “restos de realidade” para ir preenchendo as lacunas deixadas pelo desaparecimento da filha. Foi abordado, ainda, que houve também uma tentativa do próprio Estado em confundir o pai, além de “sumidouro de gente”, o Estado se ocupa do papel de ocultador da verdade, dificultando a constituição da memória da filha desaparecida pela Ditadura Militar.

Nesse sentido, é possível perceber, que a história individual sobre a qual o livro se detém pode ser analisada como uma metáfora da representação da Ditadura Militar pela memória histórica do país e que, nesse romance, o lapso, o esquecimento e as ausências vão sendo preenchidos pela incansável busca do pai por sua filha. A impossibilidade do luto, dos rituais fúnebres da cultura judaica são resultantes da ausência do corpo da filha, que depois de investigar o pai sabe-se morta.

Ao analisar as incursões e angústias do personagem K., é cabível notar aquilo que Gabriel Gatti define a respeito da figura do desaparecido:

O desaparecido se “identifica”, se possível, através de uma série de faltas, uma série de ausências: estamos perante uma figura que se representa como sem lugar (“O desaparecido não deixa rasto, cria um vazio”), que não encaixa em nenhuma entidade reconhecível, simultaneamente ausente e presente (“[Com eles] a ausência converte-se em presença”), sem lógica (“O desaparecimento e um atentado a lógica. Provoca um sentido de absurdo”), sem corpo (“E um corpo sem identidade e uma identidade sem corpo”). Isto é, estamos frente a uma desconstrução da “unidade ontológica do ser humano. (Gatti, 2010, p. 69).

Observa-se, então, que K., por almejar incansavelmente encontrar sua filha ou pelo menos seu corpo, não desiste de poder descobrir o paradeiro de Ana Rosa. Nisso, ele se coloca em posições limites, nas quais os seus valores e ideais são desconstruídos, como nos momentos de reunião com o arcebispo e familiares de outros desaparecidos políticos na igreja católica, nos quais o narrador conta como o personagem se sentia sobre isso:

Tinha pelo catolicismo repulsa atávica, à qual somava desprezo pelas práticas religiosas todas, inclusive as do seu próprio povo. Na verdade, não era das pessoas e suas crenças que ele não gostava, era dos sacerdotes, fossem padres, rabinos ou bispos; ele os tinha como hipócritas. Mas, naquela tarde, nada disso importava.' (KUCINSKI, 2016, p. 22).

Por conseguinte, à frente da situação de desespero extremo na qual K. se encontrava exposto, a busca por alívio e ajuda foi o transformando aos poucos, como explicita a citação do narrador que diz: “K. sentiu o quanto o sumiço da filha já o havia mudado. Foi com simpatia que contemplou a imagem barroca da Virgem Maria situada no saguão [...]”. (KUCINSKI, 2016, p. 23). Era nítido o desespero do pai em busca de uma resposta para a desapareição de sua filha. Diante da circunstância em que se encontrava, qualquer mecanismo de ajuda era bem vindo, pois seu maior desejo era encontrar uma solução na qual fosse capaz de descobrir uma informação real sobre Ana Rosa.

Durante suas participações nas reuniões com o arcebispo e os familiares de desaparecidos políticos, K. percebe que a situação era mais grave do que ele podia ter cogitado e ainda mais complexa do que a vivenciada por ele na Polônia. As pessoas estavam desaparecidas e seus familiares não tinham nenhuma pista de onde poderiam procurá-las. Uma vez que essa memória do fato corrido, nos campos de concentração, é compreendida como “atividade elementar, no sentido de que dela depende a sobrevivência daquele que volta no *Lager* (campo de concentração) ou de outra situação radical de violência.” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 66).

Assim sendo, o personagem se encontra diante de uma comparação entre a *Shoah* e a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e pontua que aquela sua situação atual era ainda mais desumana quando se analisava que “até os nazistas que reduziavam suas vítimas à cinzas registravam os mortos” e assim, os familiares podiam ter um descanso por saberem o que havia ocorrido de fato, portanto: “não havia a

agonia da incerteza: eram execuções em massa, não era um sumidouro de pessoas”. (KUCINSKI, 2016, p. 25). Em definição a esse período, cabe trazer a teoria de Moacyr Scliar (2006, p.100) sobre o feito: “A ditadura foi uma longa noite composta de muitos, e terríveis momentos.”

Perante tais considerações, as quais estão diretamente relacionadas com a memória e a ausência do corpo, o autor Bernardo Kucinski (2016), traz um capítulo inteiro para trabalhar e destacar essas características, é nomeado de “A *matzeivá*”.

Em suma, a *matzeivá* é uma espécie de lápide utilizada no túmulo, ou seja, é uma pedra tumular, em geral, adicionada um ano após o sepultamento, derivada de uma tradição judaica. Considerando que o personagem K., pai de Ana Rosa, a desaparecida política, é judeu, assim, deseja que façam uma à sua filha, em virtude do fato de que a *matzeivá* tem a função de manter viva a memória do falecido.

Entretanto, o desejo de K. é interrompido por um enfático rabino, que rejeita sua vontade, e a ironiza, pois não existe presente o corpo da sua filha, não se sabe por onde esse se encontra e tão pouco o que ocorreu com ela. É como se a mesma não houvesse existido. Para o personagem, a construção dessa *matzeivá* seria a forma de lembrar da filha e marcar a existência dela no mundo. Não ter essa memória, um local no qual ele poderia projetar a perda de Ana Rosa, para ele era um desastre a mais, além do desaparecimento dela. Com isso, Martine Déotte, salienta sobre os rituais de luto e ponto de apoio:

Funerais dificilmente prescindem do corpo, que serve de ponto de apoio a diferentes práticas: cuidado, asseio, velório, cortejo e funeral. Sua ausência traz uma dúvida interminável acerca da realidade da morte e a impossibilidade do rito funerário que deve canalizar o trabalho do luto no sentido freudiano. (Déotte, 2000, p. 94, tradução nossa).

Haja vista que o rabino não concorda com a posição de K. e o deixa cada vez mais irritado, ele ainda questiona se a filha do homem era pura, e a chama de terrorista, pelo fato da professora ser comunista. Para reafirmar a posição de que não tem condições de satisfazer o pedido do pai, o líder religioso diz: “Sem corpo não há rito, não há nada”. (KUCINSKI, 2016, p. 75). Além disso, o mesmo critica a vontade do pai de querer ter a memória da filha exposta em uma lápide, retrata como se, na verdade, esse pedido fosse apenas para criar um monumento em homenagem a filha.

Com isso, K. ficou insatisfeito por não acontecer a tão esperada *Matzeivá*. Ele não queria de forma alguma deixar que a memória da filha fosse apagada, e tão pouco que parecesse que ela não havia tido uma vida. Sendo assim, o pai teve a ideia de elaborar um pequeno livro como marca de memória da filha. Como ela não tinha uma lápide, K. fez um livro *in memoriam*. Adicionou fotos, colheu depoimentos das amigas de Ana, e assim fez o livrinho em formato de folheto. Era como uma tentativa de amenizar a saudade, o sofrimento e enfatizar que ela teve uma vida real, para assim não deixar que sua memória fosse apagada.

Nessa linha de raciocínio, tem-se Fernando Reati (2007, p. 160), que faz explicação sobre as teorias de homenagens, “seguem um formato mais ou menos fixo, constituído por um texto pessoal redigido pelos familiares e/ou amigos responsáveis pela homenagem, uma ou mais dedicatórias, uma foto da vítima e os nomes dos signatários”.

Ademais, consta-se como função desse pequeno memorial, a mesma que Reati aborda em *recordatorios*, ou seja, a de um “suporte físico da memória coletiva [...] que funciona com as características de um monumento tradicional e às vezes de um *antimonumento*”. (2007, p. 160, tradução nossa). Nessa concepção, na leitura de Reati se tem “monumentos de papel”.

Entretanto, o personagem continua com sua busca incansável, e não tem medo de nada, tem a sua vida voltada a essa busca sem fim. É notável ao decorrer das páginas que a sua esperança não existe mais, porém, ele nunca desiste. É impossível não pensar na filha, ainda mais com as torturas psicológicas que ele fora sofrendo no decorrer de sua busca por parte dos militares e seus aliados, que lhe forneciam sempre informações falsas para fazerem com que ele vá em busca, se canse e desista. Era como se desejassem que as falsas informações tivessem a intenção de impedir que a memória de Ana Rosa descansasse na memória de seu pai.

Durante toda a trajetória de procura vivida pelo personagem, os sentimentos de culpa, desespero, esperança/desesperança e medo, fizeram-se presentes, sentimentos estes que moldaram um novo ser dentro dele. As pessoas que antes o conheciam, já não o reconheciam como o mesmo homem, separando-o de “o K. antes do sumiço da filha com o K. de depois” (KUCINSKI, 2016, p.158), e essa visão que

tinham dele gerava uma espécie de dor, de compaixão em alguns; em outros, a indiferença.

No capítulo “*No Barro Branco*”, o autor escreve sobre a forma na qual a procura de K. por sua filha desaparecida se finda. Após catorze meses de buscas incansáveis por Ana Rosa, o pai consegue autorização para visitar a prisão onde os presos políticos se encontravam, como uma última esperança de que alguém presente naquele âmbito pudesse lhe informar o que de fato teria acontecido com ela.

É notória a forma em que o personagem se encontra desgastado após viver tantas emoções e sentir-se incansavelmente culpado por tudo que acontecera. Naquele momento de visita à prisão, K. se vê revivendo mais uma vez as lembranças de seu tempo de militância na Polônia, onde também havia sido preso. Estar diante dessa situação em que há uma espécie de releitura de suas memórias, seus sofrimentos e a violência que já fora empreendida sobre ele, juntamente ao cansaço físico e mental no qual se encontrava após meses vivendo pelo objetivo de descobrir o que houve com sua filha, fazia com que o personagem se sentisse cansado, “as pernas fraquejando, uma sensação de tontura” (KUCINSKI, 2016, p. 160).

Apesar de debilitado, K. segue o encontro dos presos políticos e se reúne com eles. O narrador pontua que aquelas pessoas que ali estavam com o personagem, se impressionavam ao olhar para os olhos dele e ver tamanho sofrimento presente. E então, diante do diálogo realizado entre eles, é enfim revelado ao pai o que acontecera à sua filha: “Alguns conheceram sua filha e o marido, eram da mesma organização clandestina; todos conheciam a história, inclusive quem os havia delatado. Sabiam que já estava morta há muito tempo.” (KUCINSKI, 2016, p. 161).

Sendo assim, com a verdade findada, K. se desdobra em lágrimas, sentindo-se fraco e cansado. Em uma tentativa de conter seu emocional, o personagem se dispõe a entregar os cigarros e chocolates que havia levado para os presos, porém, não se sente bem e desmaia ao chão. Os presos o levaram para uma cela e o deitam sobre uma das camas para tentar socorrê-lo. Após todo o tempo dedicado em busca da verdade, K. sente-se enfim sem forças e então falece, como em uma espécie de descanso depois de ter sua procura como encerrada, dentro de uma cela, com grades, assim como havia vivido em seu tempo de juventude.

À vista dos relatos empregados nesse romance, é perceptível que a sociedade brasileira viveu e continua a viver, mesmo na conjuntura contemporânea, um “mal de Alzheimer nacional”, tendo esse termo como uma metáfora, criada por Kucinski. Sem um monumento, sem corpo, sem a *matzeivá* parece que o romance denuncia a omissão diante da memória da barbárie ou até mesmo a necessidade de apagar da sua memória esse passado obscuro que foi vivenciado no país. E, enquanto jornalista e escritor de romance, foi um dos muitos autores a escrever sobre a ditadura militar brasileira, no intuito de, através da sua escrita, viver o luto da perda de sua irmã, e também, demonstrar aos leitores a tragédia presente no Brasil por 21 anos.

K. – Relato de uma busca trata diretamente sobre uma memória da repressão. Como explica Richard (1999, p. 334), o texto literário tem a capacidade de explorar “zonas de conflito”, através de “um saber da precariedade, que fala uma língua suficientemente quebrada para não voltar a mortificar o ferido com suas novas totalizações categoriais”.

Em contrapartida, a ideia que se tem é que os brasileiros se negam aceitar que no país houve um momento de catástrofe, e por isso não se interessam por essa temática. Até porque a memória da ditadura pode mudar a vida de muitos, mesmo que tenha ocorrido em um passado não tão distante, mas que as pessoas impõem como distante, e essas questões são representadas pelos os indivíduos como algo que não os afetam mais, por isso não os provoca interesse. Para os estudiosos da memória, como Gagnebin e Seligman-Silva, a memória é importante para que eventos traumáticos, de barbárie e horror sejam lembrados e rechaçados por todos, tais eventos necessitam ser humanizados e também debatidos pela sociedade, para que assim, possam entender a violência e as causas dela ter ocorrido. Pois, somente assim será possível criar um ambiente suficientemente pacífico, em que violências tais não voltem a acontecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho estabeleceu-se com o objetivo de analisar a representação da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) na obra *K. - Relato de uma busca*, escrita por Bernardo Kucinski (2016). Portanto, a análise feita sobre o romance possibilitou concluir que o autor desenvolve no enredo uma espécie de linha tênue entre a realidade vivenciada por sua família e a ficção proposta por ele, com intuito de preencher lacunas deixadas pela omissão dos fatos, vinda do Estado, a fim de gerar uma maior qualidade literária.

Portanto, analisa-se que o romance se insere como uma espécie de testemunho para dar voz aos marginalizados, oprimidos pelo regime militar no Brasil, manifestando-se contra o silenciamento, visando denunciar experiências vivenciadas, como forma de reconstituição da memória da ditadura, pois entende-se que a mesma é capaz de tornar-se um objeto de resistência para que não haja a repetição desse horror.

Além disso, a obra retrata fatos históricos que se fazem presentes na atualidade, devido a negligência por parte do Estado em tratar a verdade e punir aqueles que exerceram tamanha violência contra vítimas que, ainda hoje, não tiveram seus corpos encontrados, que se configura como resultado da anistia empregada pelas autoridades e a omissão também aderida pela sociedade.

Com isso, a denúncia explícita no romance é, principalmente, sobre a injustiça, o sofrimento e a falta de rituais fúnebres, que corroboram ao processo de luto, imposta sobre os familiares que perderam seus entes para essa catástrofe histórica e ao fato de que a ausência do corpo, resultante da repressão que agia como um sorvedouro de pessoas, implica em uma deficiência na memória coletiva do país, o que se faz realidade na contemporaneidade do Brasil. Além de retratar a forma como o Estado não só foi omisso aos fatos ocorridos, como também contribuiu para que a violência física e psicológica fossem empregadas às vítimas e seus familiares.

A presente pesquisa visa contribuir para os estudos relacionados a representação de minorias, a Ditadura Militar na América Latina, a literatura de teor

testemunhal, a literatura contemporânea, bem como para a área de abrangência do curso de Letras.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, T. **Ficção Impura: Prosa Brasileira dos Anos 70, 80 e 90**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2003.
- CHICO BUARQUE. **Cálice**. São Paulo: Cara Nova Editora: 1973. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/0VUgbCK0k8QWGpLiEV8YYZ?si=165ac23e46ae4f51>. Acesso em: 26 abr 2022.
- DÉOTTE, M. (2000). **Desaparición y ausencia de duelo**. In: RICHARD, Nelly (Org.). **Políticas y estéticas de la memoria**. Santiago: Cuarto Propio. p. 93-97.
- FIGUEIREDO, E.. **A literatura como arquivo da ditadura**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017.
- FRANCO, R. **Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70**. In: SELIGMANN-SILVA, M. (Org.). **História, memória e esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2003. P. 53-68.
- FRIEDMAN, I., & BASTAZIN, V. (2016). **K. – Relato de uma busca, de Bernarndo Kucinski: ausência de memória na Literatura de Testemunho**. Arquivo Maaravi: Revista Digital De Estudos Judaicos Da UFMG, 10(18), 85–99. Disponível em: <https://doi.org/10.17851/1982-3053.10.18.85-99>. Acesso em: 12 out 2022.
- GAGNEBIN, J. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- GATTI, G. (2010). **O detido-desaparecido: catástrofe civilizacional, desmoroamento da identidade e linguagem**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 88, p. 57-78. Disponível em: <https://bit.ly/2J6vlsu>. Acesso em: 22 nov 2022.
- GINZBURG, J. (2015). **Linguagem e trauma na escrita do testemunho**. Revista Conexão Letras, 3(3). Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2594-8962.55604>. Acesso em 13 jun 2022.
- GUERRA, C; NETO, M; MEDEIROS, R. **Memórias de uma guerra suja**. São Paulo: Topbooks, 2012.
- HOBBSAWN, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KUCINSKI, B. **K.- Relato de uma busca**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- LEVI, P. **É isto um homem?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- MARCO, V. A literatura de testemunho e a violência de estado. In: Revista Lua Nova, nº 62, 2004.
- PACHECO, T. **As múltiplas vozes na constituição de K.: relato de uma busca, de Bernardo Kucinski** Fórum Lit. Bras. Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 13, nº 25, pp. 155-78, jun. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35520/flbc.2021.v13n25a42553>. Acesso em: 28 ago 2022.
- PELLEGRINI, T. **Despropósitos - estudos de ficção brasileira contemporânea**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.
- PELLEGRINI, T (2014). **Relíquias da casa velha:: literatura e ditadura militar, 50 anos depois**. Estudos De Literatura Brasileira Contemporânea, (43), 151–178. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2316-40182014000100009>. Acesso em: 14 mai 2022.

REATI, F (2007). **El monumento de papel. La construcción de una memoria colectiva en los recordatorios de los desaparecidos.** In: LORENZANO, Sandra; BUCHENHORST, Ralph (Org.). **Políticas de la memoria: tensiones en la palabra y la imagen.** Cidade do México: La Editorial Gorla; Universidad del Claustro de Sor Juana. p. 159-170.

SCARAMUCCI, M. **Monumentos precários: luto (im)possível e lápides de papel em K.: relato de uma busca.** Estud. lit. bras. contemp., Brasília, n. 60, e6002, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-4018602>. Acesso em 17 out 2022.

SELIGMANN-SILVA, M. **O testemunho na era das catástrofes.** In: SELIGMANN-SILVA, M. (Org.). História, memória e esquecimento. Campinas: Unicamp, 2003. p. 21-40

SILVA, V. **As lacunas, os silêncios de uma busca que não terminou.** Revista Aedos, [S. l.], v. 9, n. 20, p. 595–605, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/68975>. Acesso em: 15 out 2022.

TELES, J. **Ditadura e repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo.** Lua Nova, São Paulo, n. 96, 2015, pp.191-220. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-6445191-220/96>. Acesso em: 17 set 2022.